

BRITO, JOAQUIM PAIS DE, *Retrato de Aldeia com Espelho. Ensaio sobre Rio de Onor*. Coleção Portugal de Perto, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996*.

Esperado desde há muito, este trabalho do editor da benemérita colecção¹ "Portugal de Perto", centra-se na análise detalhada das estruturas sociais da aldeia de Rio de Onor, no Nordeste Transmontano. A qualidade da abordagem era já previsível a partir da fina análise que anteriormente publicara nesta mesma colecção (Brito 1991), sobre a taberna e as relações sociais e económicas que à volta dela gravitam.

Retrato de Aldeia com Espelho é uma obra inevitavelmente marcada pela sombra do anterior trabalho de Jorge Dias sobre a mesma comunidade. Deste facto Joaquim Pais de Brito revela plena consciência, ao salientar, de forma clara e reiterada, que não é sua intenção reavaliar esse estudo de Dias nem tomá-lo como termo de comparação para o seu ensaio.

Repetir um estudo de comunidade sobre Rio de Onor é, nestas circunstâncias, um acto de coragem. Louve-se ainda a lucidez científica do autor que, reconhecendo embora a excelência da monografia de Jorge Dias, não deixou de

anotar algumas das suas limitações, numa bem sustentada análise de Antropologia Social. Pela importância da complementaridade destes dois trabalhos, cremos não se justificarem os esforços de Pais de Brito em se distanciar de *Rio de Onor*, que o seu trabalho enriquece e amplia consideravelmente. A omnipresença de *Rio de Onor* ao longo de toda a obra de Pais de Brito, manifestada na contínua referência a aspectos diversos da comunidade, desaparecidos, ou sobreviventes, não deslustra, antes permite a análise das várias mutações que a aldeia sofreu na sua história recente.

A estrutura do trabalho está voltada para a análise da organização social e das suas implicações na gestão e fruição dos recursos públicos e privados. É na contínua correlação entre estas duas esferas que o autor revela uma agudez de análise e correcta avaliação das dinâmicas sociais que tornam o seu ensaio bem conseguido.

Depois de breve resenha de estudos anteriores, bem como de alguma bibliografia e outras fontes, o autor define a estrutura da obra. No capítulo primeiro, apraz-nos salientar uma sucinta, mas completa, análise à estrutura do território da aldeia. Seguem-se três capítulos sobre o conselho, como instituição regulamentadora da gestão de recursos e também do vasto leque de conflitos entre o privado e o comunal. Trata-se de um bloco onde o conselho

* Alguma da bibliografia a que aqui aludiremos está contida neste trabalho, pelo que abreviamos a sua referência.

¹ Evidentemente mais pela qualidade dos trabalhos que a compõem e pela oportunidade das colectâneas de artigos dispersos - de inegável importância para o ensino e investigação em Antropologia portuguesa - do que pelo actual preço dos volumes.

é estudado com exaustão nas suas polivalências e limitações, recorrendo para isso a uma multiplicidade de dados que constantemente interliga com os fenómenos sociais que lhe estão subjacentes. Esta necessidade de correlação de elementos, para um entendimento completo das instituições em estudo, acaba por provocar a repetição dos mesmos ao longo da obra, suscitando no leitor contínuas sensações de "dejá vu".

Os capítulos seguintes referem as rodas, os sorteios e os leilões, como formas socialmente organizadas de gestão e fruição dos recursos, bem como permanente reequacionamento da posição do individual face ao colectivo. Neste contexto, importa salientar as observações do autor sobre as permanentes situações de tensão e competição entre vizinhos que se opõem (ou parecem opor) aos sistemas comunais de entreajuda e equidade na redistribuição, que mais não visam do que um nivelamento dos contrastes num objectivo último de viabilizar e perpetuar a comunidade como um todo.

Os acidentes e catástrofes – de uma forma geral "as desgraças" – factores que o autor, oportunamente, classifica como "aleatórios" (pág. 236), talvez não sejam mais do que vicissitudes das comunidades rurais, que a eles se "habitua" no seu quotidiano. De resto, é esta constante que, em parte, justifica a forte dependência das comunidades em relação ao sagrado e aos seus santos padroeiros, e periodicamente obriga aos rituais exorcizadores das gentes, animais, casas e território. Da mesma forma, estimula o recurso a um panteão

de santos que conferem à religião popular um cunho mais politeísta do que poderia imaginar-se.

No oitavo capítulo, são apresentadas as casas, perspectivadas como unidades de produção e de reprodução, em permanente diálogo e interacção com o colectivo. Neste âmbito, são pertinentes as análises sobre a unidade familiar como parte de um ecossistema agrário de equilíbrio delicado, pelo que importa valorizar os dados fornecidos pelas estratégias de casamento e redistribuição de bens, elementos fundamentais para a preservação da casa como um núcleo agrário funcional.

Alguns destes temas mereceriam um estudo mais exaustivo, à semelhança do apresentado para o conselho. Este ecossistema integrado, e complementar, de contenção da natalidade legítima; de restrição do casamento e de formação (e construção) de novas casas pela prática da natalidade e, finalmente, de atitudes endémicas de exportação de gente através da emigração, não será um dos responsáveis pelo ar de arcaísmo e imutabilidade de muitas aldeias de montanha, nas quais, por vezes, pouco mais vemos do que o dobro dos casais referidos nos censos medievais? Talvez sejam estes alguns dos aspectos que permitem a sobrevivência das comunidades agrárias ao longo da História, através de um estreito equilíbrio entre a população, o meio e as estratégias produtivas, pelo que importaria valorizar o seu equacionamento.

Um outro aspecto que gostaríamos de ver mais detalhadamente analisado em estudos

deste tipo é o trabalho juvenil na sua relação produção/aprendizagem, o seu peso na unidade doméstica, bem como as transformações operadas com a escolaridade obrigatória e respectivo impacte no sistema produtivo.

Os quadros, gráficos e dados estatísticos, apresentados uniformemente ao longo do trabalho, revelam uma criteriosa e extensiva busca das fontes disponíveis, num esforço de enriquecer os meios de análise da comunidade. A qualidade e extensão dos dados apresentados deixam antever que, por opção do autor, talvez imposta pelos condicionalismos da investigação e, neste caso, pela ligação deste estudo à realização de provas académicas, alguma coisa terá ficado por desenvolver. Particularmente bem apresentadas, as plantas, gráficos e tabelas, revelam um perspicaz espírito analítico e bom conhecimento das metodologias de trabalho.

O texto, prolixo e de construção algo complexa, deixa transparecer a vasta cultura do autor bem como o seu profundo conhecimento dos temas, o que o leitor especializado sobremodo apreciará. Contudo, estas características poderão eventualmente afastar deste trabalho o leitor comum, que, ao contrário da monografia de Jorge Dias, talvez não veja neste uma referência para os habitantes de Rio de Onor.

Este trabalho faz ainda uma boa gestão do "excesso de bibliografia" existente sobre a comunidade riodonorense, enriquecendo o texto com diversos elementos e interpretações pessoais sobre os aspectos em estudo.

Trata-se, enfim, de um trabalho de mérito científico, e de um contributo valioso para os

estudos sobre comunidades portuguesas. Constitui, além disso, um indicador da vitalidade de um conjunto de investigadores ligados à escola da Antropologia Social que, nos últimos anos, muito têm contribuído para o estudo de comunidades do Norte do país.

FRANCISCO REIMÃO QUEIROGA